



1 **ATA DA 105ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ DO SISTEMA**  
2 **LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA.** No dia seis de agosto de 2021 às 14h, por  
3 videoconferência, foi realizada a 105ª R.O. com os seguintes participantes:  
4 **Sociedade civil:** IFF - Elane Carvalho; APALMA - Flávia Lanari Coelho;  
5 Movimento Pró Restinga - Izidro Arthou. **Poder público:** SECAAP - Oswaldo  
6 Neto; DRM-RJ - Pedro Hugo Xaubet; CRBio-02 – Valdir Lage. **Usuário: ACM -**  
7 **Ursula Araujo. Agevap:** Lohana Santos, Carlos Silva, Levi Carvalho, Raphaela  
8 Fuchs. **Convidados:** AMA Darcy - Felipe Queiroz; INEA - Marie Ikemoto. A  
9 reunião teve os seguintes pontos de pauta: **1. Aprovação da pauta; 2. Leitura**  
10 **e aprovação da ata da 103ª R.O.; 3. Apresentação sobre Águas**  
11 **Subterrâneas; 4. Macroprogramas; 5. Escritório de Projetos; 6. Plano de**  
12 **Bacias; 7. GTs do Subcomitê; 8. Plano Diretor de Maricá; 9.**  
13 **Assuntos/Informes Gerais.** A reunião foi iniciada e Lohana foi ao primeiro  
14 ponto de pauta **1. Aprovação da pauta.** Lohana sugeriu, por terem muitas  
15 deliberações com prazo, alterar a pauta para: 1. Aprovação da pauta. 2. Leitura  
16 e aprovação da ata da 103ª R.O. 3. Apresentação sobre Águas Subterrâneas.  
17 4. Macroprogramas. 6. Plano de Bacias 7. GTs do Subcomitê. 5. Escritório de  
18 Projetos. 8. Plano Diretor de Maricá. 9. Assuntos/Informes Gerais. A proposta  
19 foi acordada por todos e a pauta foi colocada em votação e foi aprovada por  
20 unanimidade. **2. Leitura e aprovação da ata da 104ª R.O** Flávia comentou que  
21 houve um erro na convocação, pois a ata da 103ª R.O. havia sido aprovada na  
22 última reunião, mas que a minuta de ata enviada era a correta, sendo a ata da  
23 104ª RO a ser aprovada na presente reunião. Conforme regulamentado pelo  
24 regimento interno, a ata da 104ª foi enviada antecipadamente junto com a  
25 convocatória da reunião e apresentada no momento da mesma. Depois de  
26 algumas sugestões de alteração do Pedro Hugo, Lohana ficou responsável por  
27 incluir tais alterações e colocou em votação a ata e a mesma foi aprovada. **3.**  
28 **Apresentação sobre Águas Subterrâneas.** O ponto de pauta não foi  
29 abordado devido à ausência do palestrante. **4. Macroprogramas:** Lohana  
30 passou a palavra para Marie Ikemoto que iniciou sua apresentação. Fazendo  
31 uma breve introdução do tema, ela colocou que o nome do projeto é Produtor  
32 de Água do Rio Guapi-Macacu e que a área de abrangência é a área de



33 contribuição do manancial que abastece o Sistema Imunana-Laranjal, que é a  
34 bacia do Rio Guapi-Macacu. Em seguida, citou alguns problemas e também a  
35 importância da bacia, colocando os desafios: transformar a paisagem da bacia  
36 em escala e mudar os sistemas produtivos, compatibilizando preservação com  
37 maior produção e renda. Depois expôs os objetivos do projeto e as atividades e  
38 resultados do projeto. Mais à frente, falou sobre os recursos e foi aos avanços  
39 desde a última apresentação com o Comitê. Posteriormente foi aberto para  
40 perguntas e Elane questionou se, como a bacia hidrográfica não se restringe,  
41 por exemplo, a um município e pode ser interestadual, a regulamentação do  
42 PSA não deveria ser federal. Sobre a valoração econômica questionou se está  
43 trabalhando com um preço que é de indução ou um preço de financiamento.  
44 Além disso, perguntou se o produtor rural receberá uma vez ao ano e poderá  
45 receber anos seguidos ou apenas uma vez. Marie Ikemoto (INEA), colocou que  
46 existem normativas federais e estaduais sobre a temática de pagamento por  
47 serviço ambiental, a federal normatiza o PSA de modo geral, traz os conceitos  
48 e também normatiza o programa federal do PSA. No Rio de Janeiro, o PSA  
49 está subordinado ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos. Sobre a  
50 valoração econômica, Marie disse que foi feito um estudo para simular o custo  
51 de oportunidade da terra na bacia para entender se o que está sendo proposto  
52 é coerente. Quanto à periodicidade, ela explanou que será um  
53 acompanhamento de quatro anos. Ainda com a palavra, Elane perguntou se o  
54 pagamento visa implementação do manejo conservacionista ou o manejo já  
55 existe e é melhorado, ou se os dois podem acontecer. Marie informou que  
56 poderia acontecer os dois. Em seguida, Pedro Hugo obteve a palavra e  
57 questionou se “a determinação da bacia e das microbacias segue parâmetros e  
58 critérios geográficos, geológicos, geomorfológicos, hidrofísicos, dentre outros e  
59 a escala de trabalho/projeto se determina, também, pela área de abrangência  
60 em sua extensão territorial. As nano bacias estarão vinculadas às microbacias,  
61 seguindo tais critérios e parâmetros, mas a escala de sua determinação  
62 dependerá dos objetivos de alto detalhe do projeto, estou correto?” Assim, no  
63 caso do projeto, quais são os objetivos para a determinação das nano bacias;  
64 qual a escala de trabalho e a sua abrangência individual em área (dimensões);



65 e, como será a sua distribuição em área. Marie Ikemoto respondeu que as  
66 nano bacias foram delimitadas a partir do modelo digital de elevação seguindo  
67 os critérios geomorfológicos e foram segmentadas em 42 (quarenta e duas)  
68 nano bacias com uma dimensão média de trezentos e cinquenta e sete  
69 hectares. Em seguida Flávia solicitou a ela que o relatório de hierarquização  
70 das nano bacias fosse disponibilizado para todos, o que foi prontamente aceito  
71 pela mesma. Oswaldo obteve a fala e perguntou se na área tinha mangue,  
72 Marie afirmou que não, pois a área contempla a área à montante da captação  
73 para abastecimento, e que existe área de manguezal na foz da bacia, mas ela  
74 está à jusante do ponto de captação do Sistema Lagunar Laranjal. Em  
75 seguida, foi iniciada uma discussão sobre os recursos de infraestrutura verde e  
76 Lohana colocou que a intenção é manter a deliberação dos recursos de  
77 infraestrutura verde do Subcomitê de Maricá para aplicação no Pagamento por  
78 Serviços Ambientais, e que o programa vai se manter durante quatro anos.  
79 Após isto, Elane indagou se os financiadores podem aumentar ou se são fixos?  
80 Marie informou que o financiador é o Comitê e o TAC, porém, o TAC não pode  
81 aumentar pois já foi homologado. Lohana complementou dizendo que o recurso  
82 do PSA está saindo do Comitê e vem do FUNDRHI e que, com isso, o que se  
83 espera é manter uma segurança de que mais a frente vai existir recurso para  
84 realizar o PSA em cenários mais conservadores. Logo após colocou-se em  
85 votação: “O Subcomitê concorda com a estratégia do Produtor de Águas  
86 apresentada, deliberando os recursos previstos do FUNDRHI para PSA nos  
87 próximos anos do Projeto?” houve algumas dúvidas e discussões sobre o  
88 mesmo e depois de tudo ter sido esclarecido o Subcomitê concordou com a  
89 estratégia do Produtor de Águas, mas houve discordância quanto ao período  
90 de tempo, pois o Plano de Aplicação Plurianual do CBH-BG só compreende o  
91 período até 2022. Dessa forma, alterou-se a votação para: “O Subcomitê  
92 concorda com a estratégia do Produtor de Águas apresentada, deliberando os  
93 recursos previstos do FUNDRHI para PSA nos próximos dois anos (até 2022)?”  
94 e os recursos previstos no FUNDRHI do PAP até 2022 foram deliberados para  
95 PSA por maioria. **6. Plano de Bacias.** Lohana contextualizou e colocou que  
96 José Paulo, Coordenador do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do



97 Plano, solicitou validar a matriz do Plano de Ações do PRH dentro dos  
98 subcomitês, com prazo até o dia 09 de agosto de 2021. Em seguida ela iniciou  
99 a apresentação com a temática: 1. Governança e Gerenciamento dos Recursos  
100 Hídricos. Depois realizou a leitura de cada programa: 1.1 Estruturação do  
101 arranjo institucional do CBH-BG; 1.2 Fortalecimento do CBH-BG; 1.3  
102 Fortalecimento da entidade delegatária; 1.4 Implementação do sistema de  
103 comunicação; 1.5 Incentivo a sistematização de saberes e experiencias no  
104 âmbito do CBH-BG; 1.6 Articulação com concessionárias do saneamento; 1.7  
105 Articulação com as instituições de gerenciamento costeiro. Depois de algumas  
106 observações e sugestões foi ao próximo tema: 2. Implementação e  
107 aperfeiçoamento dos Instrumentos de gestão. Realizando assim a leitura de  
108 cada ação dos programas: 2.1 Outorga; 2.2 Cobrança pelo uso das águas; 2.3  
109 Enquadramento; 2.4 Sistemas de informações; 2.5 Monitoramento do plano de  
110 recursos hídricos. Após seguiu para o próximo tema: 3. Compatibilização do  
111 balanço hídrico. E assim fez as respectivas leituras dos programas e  
112 subprogramas. 4. Conservação e restauração dos recursos hídricos. Sucedeu  
113 com a leitura dos programas conforme aconteceu nos outros temas. 5.  
114 Segurança hídrica. De igual forma realizou a leitura de cada ação dos  
115 programas. Foi acordado que Lohana iria consolidar todas as contribuições e  
116 enviar ao GTA Plano. Com isso, os pontos de pauta: **5. Escritório de**  
117 **Projetos; 7. GTs do Subcomitê; 8. Plano Diretor de Maricá; 9.**  
118 **Assuntos/Informes Gerais;** não foram abordados por falta de tempo. Não  
119 tendo mais nada a discutir, a reunião foi encerrada às 18:30 horas.

---

Paulo Cardoso da Silva  
Coordenador do Subcomitê do Sistema Lagunar Maricá-Guarapina